



MARIA DAS DORES OLIVEIRA DA SILVA BARBOSA

**COMPREENDENDO OS TRANSTORNOS E AS DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM: o professor como mediador nos anos iniciais**

**NATAL-RN
2023**

MARIA DAS DORES OLIVEIRA DA SILVA BARBOSA

**COMPREENDENDO OS TRANSTORNOS E AS DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM: o professor como mediador nos anos iniciais**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia,
da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense –
FAMEN - como pré-requisito para a obtenção
do título de graduada em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ms. Adriana Mônica
Oliveira

**NATAL-RN
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

Biblioteca Immanuel Kant – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense

B238c Barbosa, Maria das Dores Oliveira da Silva.

Compreendendo os transtornos e as dificuldades de aprendizagem / Maria das Dores Oliveira da Silva Barbosa. – Natal, 2023.

36 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, Departamento de Pedagogia. Natal, RN, 2023.

Orientadora: Profa. Ms. Adriana Mônica Oliveira.

1. Educação Inclusiva – Monografia. 2. Aprendizagem – Monografia 3. Mediação – Monografia. I. Oliveira, Adriana Mônica. II. Título.

CDD – 370

CDU – 37

Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira – CRB – 15/925

Índice de catálogo sistemático:

1. Educação – 370

2. Educação. Ensino. Instrução – 37

MARIA DAS DORES OLIVEIRA DA SILVA BARBOSA

**COMPREENDENDO OS TRANSTORNOS E AS DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM: o professor como mediador nos anos iniciais**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia,
da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense
(FAMEN) como pré-requisito para a obtenção
do título de graduada em Pedagogia.

Monografia apresentada e aprovada em 21/07/2023, pela seguinte Banca Examinadora:

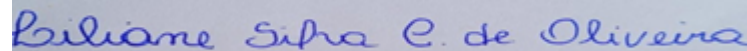
BANCA EXAMINADORA



Professora Orientadora Mestra Adriana Mônica Oliveira
FAMEN



Professora examinadora Mestra Valdete Batista do Nascimento
FAMEN



Professora examinadora Mestra Liliane Silva Câmara de Oliveira
FAMEN

NATAL

2023

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Luciano Barbosa, e aos meus filhos Ludymila e Wlisses por compreenderem minha ausência na sua infância; por amá-los incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus que nessa jornada sempre esteve ao meu lado dando-me forças.

Ao meu sobrinho Nicolas pelo incentivo e pelo meu despertar.

A minha família, pela compreensão nesse meu desafio: aos meus pais Valdomiro e Terezinha por estarem sempre presentes na minha caminhada, agradeço pelo carinho, amor palavras doces nos momentos difíceis; aos meus irmãos Valkiria, Waldson e Vando pela força; ao meu sobrinho Nicolas, pelo incentivo e pelo meu despertar.

A minha tia Maria de Lourdes (*in memoriam*), pela confiança; ao meu tio Manoel Augusto (*in memoriam*), que sempre acreditou que esse sonho se realizaria; a minha avó Júlia (*in memoriam*), obrigada pelas palavras de carinho e a certeza que esse sonho se realizaria.

A minha amiga Joalane, por todas as palavras de motivação que não me deixou desistir por nenhum minuto.

Aos meus colegas de turma, por todas as experiências compartilhadas, conversas e alegrias, em especial a Yasmin Nascimento, um presente que a FAMEN me proporcionou, para a vida toda, obrigada por toda a ajuda, amizade e apoio durante todo esse trajeto acadêmico.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação, em especial à minha orientadora Professora Mestra Adriana Mônica, pelas contribuições e ensinamentos.

O êxito da vida não se mede pelo caminho que você conquistou, mas sim pelas dificuldades que superou no caminho.

Abraham Lincoln(ano)

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso - TCC, elucida os transtornos e as dificuldades de aprendizagem como desafios à prática docente, apresentando o professor um mediador dos saberes. A temática em questão, tem teor significativo ao âmbito educacional, uma vez que ainda há muitas distorções sobre os transtornos específicos da aprendizagem, distorções estas que criam rótulos para as crianças, os quais influenciam de sobremaneira negativa, afetando a autoestima e fortalecendo a ideia de fracasso. Esta pesquisa justifica-se pelo fato de trazer informações sobre a importância da superação das limitações das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, representadas pelos transtornos do aprendizado que ocasionam as diversas dificuldades relativas à escrita, à leitura e à matemática. Tencionamos com este trabalho, fomentar nos professores, a certeza de que seu papel é de relevância ímpar no contexto escolar, com isso, que possam renovar suas práticas pedagógicas, levando para a sala de aula, ferramentas que permitam a descoberta de possibilidades e potencialidades das crianças; na tentativa de extinguir as dificuldades e amenizar os obstáculos causados pelos transtornos de aprendizagem, ou sejam, dislexia, discalculia, disortografia e disgrafia. Para a efetivação deste TCC, utilizamos como procedimentos metodológicos, a pesquisa de natureza bibliográfica e a pesquisa de abordagem qualitativa. Obtivemos contribuições teóricas de autores que versam sobre o objeto de pesquisa, através dos quais conseguimos compreender com mais precisão sobre a distinção entre dificuldades e transtornos. onde podemos destacar Vygotsky (2001), Coll, Marchesi e Palacios (2004), Osti (2012), Campos (2015), Hudson (2019), entre outros renomados autores que discorrem sobre as questões referentes à aprendizagem escolar.

Palavras-chave: Dificuldades; Aprendizagem; Mediação; Transtornos; Possibilidades.

ABSTRACT

This course of completion work - TCC, elucidates the disorders and difficulties of learning as challenges to teaching practice, presenting the teacher as a mediator of knowledge. The theme in question has a significant content in the educational field, since there are still many distortions about specific learning disorders, these distortions that create labels for children, which influence in a negative way, affecting the self-esteem and strengthening the idea of failure. This research is justified by the fact that it brings information about the importance of overcoming the limitations of children in the early years of Elementary School, represented by learning disorders that cause the various difficulties related to writing, reading and mathematics. With this work, we intend to foster in teachers the certainty that their role is of unique relevance in the school context, with this, that they can renew their pedagogical practices, taking to the classroom, tools that allow the discovery of children's possibilities and potential; at attempt to extinguish the difficulties and alleviate the obstacles caused by the disorders of learning, that is, dyslexia, dyscalculia, dysorthography and dysgraphia. For the implementation of this TCC, we use as methodological procedures, the research of bibliographical nature and the qualitative approach research. We obtained theoretical contributions from authors who deal withabout the research object, through which we can understand more precisely on the distinction between difficulties and disorders. where we can highlight Vygotsky (2001), Coll, Marchesi and Palacios (2004), Osti (2012), Campos (2015), Hudson (2019), among others renowned authors who discuss issues related to school learning.

Keywords: Difficulties; Learning; Mediation; Disorders; Possibilities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONSIDERAÇÕES LEGAIS SOBRE ENSINO FUNDAMENTAL.....	12
3 TRANSTORNOS E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: concepções teóricas .	15
3.1 Dislexia e Discalculia: concepções e características	17
3.2 Disortografia e Disgrafia: o que dizem os estudiosos da área.....	19
4 ATUAÇÃO DOCENTE: compreensão sobre as dificuldades dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental	23
5 METODOLOGIAS	29
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, cujo objeto de pesquisa evidencia as dificuldades e os transtornos específicos da aprendizagem, colocando o professor como mediador e facilitador do conhecimento nos anos iniciais do ensino fundamental, apresenta-se como instrumento condicionador de reflexões sobre o papel da escola, do professor e da família no contexto do desenvolvimento da criança. Os desafios são notórios, quando falamos sobre os processos educacionais, numa perspectiva de desmistificar que o termo aprender está restrito ao ato de ler a ao ato de escrever; na assertiva de que as crianças, independente do grau da sua limitação referente ao aprendizado, podem ter suas dificuldades sanadas e, no caso de transtornos, amenizados.

Percebemos a necessidade de os professores extrapolarem a compreensão teórica sobre a dislexia, a discalculia, a disortografia e a disgrafia, buscando fazer a junção da teoria com a prática educativa, prática esta que deve ser voltada às especificidades das crianças, evitando o fortalecimento de rótulos nos alunos (preguiçoso, desinteressado, etc.), e apresentando-lhes possibilidades de aprendizagens.

Compreender para mediar, este é o objetivo deste objeto de pesquisa, extensivo a participação ativa das famílias na vida escolar das crianças, pois, os estímulos são fundamentais para que o desenvolvimento global ocorra. A escolha da temática partiu de uma inquietação em dar visibilidade a importância do atendimento pedagógico dinâmico nos anos iniciais, pois sabemos que é nesse período que os problemas pertinentes a escrita, a leitura e matemática surgem com mais frequência, pelo fato da transição das crianças do mundo da educação infantil para o espaço escolar do ensino fundamental.

O trabalho evidencia a necessidade de rupturas de paradigmas e de metodologias desconectas ao mundo dos alunos, almejando que os educadores reflitam cotidianamente sobre o seu papel de formador e de transformador do conhecimento, concebendo não apenas o aspecto cognitivo, mas também os demais aspectos referentes ao psíquico, ao afetivo, ao emocional e ao social.

Outro ponto que merece destaque, diz respeito ao entendimento da distinção entre os termos transtornos e dificuldades, pois, no decorrer do trabalho, procuramos esclarecer do que trata cada um deles, na tentativa de colaborar para uma educação humanizada.

Na busca por informações consistentes para esta pesquisa, adotamos como procedimentos metodológicos, a pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica, através da qual encontramos fundamentos teóricos pertinentes a temática em questão. Assim sendo, recebemos as contribuições dos autores Vygotsky (2001), Coll, Marchesi e Palacios (2004), Osti (2012), Campos (2015), Hudson (2019) entre outros que tratam do objeto da pesquisa de forma clara e objetiva; consideramos também, as orientações dadas durante o período de construção do trabalho, as quais contribuíram juntamente com as disciplinas ministradas durante todo o curso.

Em sua estrutura, este Trabalho de Conclusão de Curso contempla em seu primeiro capítulo algumas considerações legais sobre o ensino fundamental; o capítulo seguinte traz concepções teóricas sobre os transtornos e as dificuldades de aprendizagem, tendo como subseções as concepções teóricas e características da dislexia, discalculia, disortografia e disgrafia. O capítulo quatro aborda sobre a atuação docente nos anos iniciais e os desafios enfrentados para a superação dos problemas específicos do aprendizado das crianças; as últimas seções referem-se aos resultados e discussão, metodologias, considerações finais e por fim, as referências que elucidam todos os autores pesquisados com as suas respectivas obras consultadas, resultando na conclusão deste TCC.

2 CONSIDERAÇÕES LEGAIS SOBRE ENSINO FUNDAMENTAL

A Constituição Federal de 1988 preconiza que a educação é um direito de todos sendo dever do Estado oferecer um ensino público de qualidade voltado para o desenvolvimento integral do indivíduo, a Lei de Diretrizes e Base – LDB, Lei de nº 9394/96, em seu art. 2º corrobora: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, a educação como dever da família e do Estado, cujo objetivo é elevar a pessoa a cidadão, como forma de libertação, meio de alcançar lugares inigualáveis, é um direito que deve ser usufruído com qualidade, contribuindo para o seu crescimento. Sobre essa visão, Cury (2002, p. 23) ressalta que “[...] a educação, seja por motivos políticos ou individuais, tem sido historicamente vista como um canal de acesso aos bens sociais e de luta política e, como tal, um caminho para a libertação individual.”

É notória a importância do papel da escola para o desenvolvimento da sociedade, pois uma das suas funções diz respeito à disseminação do conhecimento, e deve garantir seus serviços democraticamente, sem restrições, a todos os alunos, conforme disposto no Art. 2º da LDB-Lei 9394/96 a escola “[...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1996).

No ano 2000 iniciou a discussão sobre a ampliação da educação básica de oito para nove anos, como estratégia para garantir maior permanência dos alunos no ambiente escolar. “Estender a educação básica para nove anos, significa também uma oportunidade de qualificar o ensino e a aprendizagem da leitura e da alfabetização, quando a criança tem mais tempo para adquirir esse conteúdo” (BRASIL, 2007, p. 8).

Em 6 de fevereiro de 2006, foi estabelecida a Lei nº 11.274, alterando a redação de quatro artigos da LDB-Lei 9394/96: art. 29 que trata da educação infantil como primeira etapa da educação básica; art. 30 sobre a divisão da educação infantil em creche e pré-escola; art. 32 ampliando para nove anos a duração do ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos. e o art. 87 que instituiu a Década da Educação para ser iniciada um ano a partir da publicação desta Lei (BRASIL, 2006).

Corroborando com a Lei acima citada, o Plano Nacional de Educação– PNE (2014-2024), através da sua Lei nº 13.005/2014 define “Universalizar o ensino fundamental de nove anos, para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (BRASIL, 2014, p. 33).

No tocante aos currículos referentes à toda a educação básica, estes devem possuir a Base Nacional Comum, a nível nacional, porém, cada sistema de ensino municipal ou estadual e cada estabelecimento escolar devem contemplar, em seu currículo, uma parte diversificada, contemplando informações/conteúdos de acordo com as características culturais, econômicas da região e localidade dos educandos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica– DCNE (BRASIL, 2013), elaboradas e planejadas pelo Conselho de Educação, visa orientar o planejamento dos sistemas de ensino e currículos escolares. No tocante aos anos iniciais, este documento esclarece que:

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a criança desenvolve a capacidade de representação, indispensável para a aprendizagem da leitura, dos conceitos matemáticos básicos e para a compreensão da realidade que a cerca, conhecimentos que se postulam para esse período da escolarização. O desenvolvimento da linguagem permite a ela reconstruir pela memória as suas ações e descrevê-las, bem como planejá-las, habilidades também necessárias às aprendizagens previstas para esse estágio. A aquisição da leitura e da escrita na escola, fortemente relacionada aos usos sociais da escrita nos ambientes familiares de onde veem as crianças, pode demandar tempos e esforços diferenciados entre os alunos da mesma faixa etária (BRASIL, 2013, p. 110).

Nesse contexto de conduta social, o aluno precisa saber “[...] movimentar-se na instituição pelo conhecimento que adquire de seus valores, rituais e normas, ou seja, pela familiaridade com a cultura da escola” (BRASIL, 2013, p. 112). Isto representa a relevância da dupla funcionalidade escolar, ou seja, promover o desenvolvimento da aprendizagem, alinhando-a às atitudes pautadas no respeito às diferenças, para que o convívio social seja harmonioso.

Considerando as informações acima, é perceptível a importância de práticas pedagógicas bem direcionadas, assim também como a participação da família na vida escolar dos seus filhos, para que o desenvolvimento das capacidades seja efetivado, ou sejam, da leitura, da escrita e da autonomia. Nesse período dos anos iniciais, a aprendizagem deve ser intensificada, incluindo também as normas de conduta social.

O ensino fundamental de nove anos está subdividido em anos iniciais (1ª ao 5º ano) e em anos finais (6º ao 9º ano). O primeiro ciclo configura-se em anos mais desafiadores,

principalmente o 1º ano, pois, há uma migração do espaço mais infantilizado para um espaço de crianças maiores, onde não se encontram mais parquinhos, brinquedos, cuidados mais direcionados.

Em relação a aprendizagem, nos dois primeiros (ciclo de alfabetização), geralmente emergem as dificuldades, devido à complexidade referente a escrita, a leitura e aos números; nessa circunstância, o papel do professor como mediador e facilitador do ensino, recebe um grau de compromisso ainda maior, pois as crianças ainda não estão bem amadurecidas cognitivamente e precisam ser compreendidas em suas limitações e ritmos de aprendizagem, precisam ser trabalhadas e estimuladas para que possam se desenvolver em seus aspectos social, afetivo, linguístico, psicomotor, emocional, enfim, o desenvolvimento precisa ser efetivado pensando na criança em sua totalidade humana.

Nessa perspectiva de dificuldades de aprendizagem, em alguns casos sendo reflexos de algum transtorno de aprendizagem, o educador deve procurar compreender os comportamentos das crianças, assim também como as características sobre os transtornos específicos da aprendizagem, quais sejam: Dislexia, Discalculia, Disortografia e Disgrafia. De posse desses conhecimentos, será possível buscar ajudas e criar estratégias que viabilizem minimizar os transtornos, como também extinguir as dificuldades. Os transtornos provocam as dificuldades, não sendo o oposto, verdadeiro.

Para que as escolas garantam uma educação de qualidade, concebendo as crianças em sua globalidade, é preciso colocar em prática o que está preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), como já fora descrito anteriormente.

3 TRANSTORNOS E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: concepções teóricas

As primeiras concepções sobre dificuldades de aprendizagem surgem na década de 1960, segundo Kirk e Gallagher (2002). Os autores utilizam o termo distúrbio de aprendizagem para retratarem as dificuldades. O distúrbio, para os autores, tem sentido atrelado a [...] rótulo que inclui um grupo heterogêneo de crianças que não se encaixam muito bem nas categorias tradicionais de crianças excepcionais” (p.364).

Posteriormente, às dificuldades de aprendizagem, não se aplicavam mais ao termo distúrbio, pois este termo passou a ser visto como uma dificuldade causada por um transtorno, um retardamento ou desenvolvimento precário nos processos da fala, da linguagem, da leitura, da escrita, dos números, não sendo resultante de retardo mental, sensorial ou de fatores culturais (GIMENEZ, 2005).

Para Smith e Strick (2001, p. 14-15) as dificuldades de aprendizagem são concebidas como “problemas neurológicos que afetam a capacidade do cérebro para entender, recordar ou comunicar informações [...] refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico [...].” As autoras não distinguem distúrbio de transtorno, apenas enfatizam que as dificuldades são de ordem neurológica.

Sob a ótica de Sisto (2001), as dificuldades têm duas faces, a primeira sendo permanente (transtorno de aprendizagem) e segunda como condição temporária, ou seja, pode ser eliminada (apenas dificuldades refletidas por fatores externos).

Dificuldade de aprendizagem engloba, um número heterogêneo de transtornos, manifestando-se por meio de atrasos ou dificuldades em leitura, escrita, soletração, cálculo, em crianças com inteligência potencialmente normal ou superior e sem deficiências visuais, auditivas, motoras ou desvantagens culturais (SISTO, 2001, p. 193).

O autor ora citado, compreende os transtornos específicos da aprendizagem, como de ordem neuropsicológica, que, mesmo com intervenções de profissionais especializados, o quadro não mudará, o que pode ocorrer é não se agravar; enquanto que as dificuldades de aprendizagem propriamente ditas, podem ser resolvidas através de intervenções pedagógicas e psicopedagógicas. Estas concepções, por vezes, complicam a percepção e a compreensão do professor sobre os alunos, no que se refere às suas limitações para se desenvolverem cognitivamente.

Para que possamos entender sobre as dificuldades escolares, precisamos compreender sobre o termo aprendizagem. Na concepção de Fonseca (2007), a aprendizagem diz respeito a um processo ativo integrado por quatro elementos: *input* (conhecimento de entrada) que abrange os aspectos auditivo, visual, tátil-cinestésico; cognição, referente a atenção, memória, integração, processamento simultâneo e sequencial, compreensão, auto regulação, etc.; *output* (conhecimento de saída); e retroalimentação (repetir, organizar, controlar, regular, realizar, etc.).

É notório que, para aprender, os discentes precisam estar com o conhecimento de entrada equilibrado em seus diversos aspectos, ou seja, com audição, visão e corporeidade funcionando bem, para que possam adentrar nas informações dadas pelo professor; com a cognição em consonância com as suas funções, as quais dizem respeito ao processo de compreender, perceber, integrar e responder de forma adequada aos estímulos ambientais; é a faculdade de adquirir conhecimento. Como efetivação do aprender, precisam realizar ações de forma organizada, repetindo e usando a subjetividade, das informações trazidas em ambientes do seu cotidiano.

Em se tratando de barreiras que impedem o desenvolvimento escolar, a intervenção do psicopedagogo institucional em parceria com o professor e famílias, é de suma importância, pois, a Psicopedagogia tem como uma das suas funções estudar sobre a aprendizagem humana, objetivando evidenciar como o sujeito aprende, quais os fatores que provocam a variação das aprendizagens, como reconhecer, tratar e prevenir as dificuldades da aprendizagem. A ação do psicopedagogo escolar deve ser preventiva. Assim sendo, o objeto de estudo da Psicopedagogia são as dificuldades de aprendizagem.

Os motivos pelos quais uma criança não aprende na escola podem ser multifatoriais, bem como as classificações dos problemas de aprendizagem. Estes motivos podem ser da aprendizagem ou da prática docente (aulas desestimulantes, sem atrativos, sem didática adequada e sem a utilização de meios que favoreçam uma aprendizagem satisfatória). Os transtornos de aprendizagem podem afetar a habilidade de a criança falar, escutar, ler, escrever, soletrar, raciocinar, aprender matemática e organizar a informação. Os transtornos não devem ser confundidos com deficiências [...] (OLIVEIRA, p.121, 2023).

O aprendizado, segundo os estudos de Gómez e Terán (2008) diz respeito a um processo neuropsicocognitivo, pois integra o cerebral, o psíquico, o cognitivo e o social. Dessa forma, percebemos a complexidade do termo, não basta apenas o cognitivo estar bem, é necessário que demais aspectos humanos estejam articulados entre si. Para as autoras, uma criança com

transtorno de aprendizagem, mesmo sem problemas intelectuais, não aprende com os mesmos métodos que as demais crianças, reforçam também que, em se tratando de transtornos de aprendizagem, estes não desaparecem, o que não acontece com as dificuldades.

As dificuldades de aprendizagem são sinais que surgem de obstáculos que surgem durante a aprendizagem em um mesmo momento histórico e que brotam de toda a história do aluno em suas extensões orgânicas afetivas, cognitivas, sociais, funcionais [...] (VISCA, 2008, p. 27).

Compreendamos que, a dificuldade de aprendizado é consequência de fatores externos, um acontecimento como mudança de professor, de escola; chegada de bebê na família; desentendimentos nas famílias; metodologia inadequada do professor; falta de estímulos das famílias; condição sócio financeira baixa. Assim sendo, quando essas situações recebem acompanhamentos específicos, elas se exterminam e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem volta a ser ativado. No entanto, quando a dificuldade persiste, após uns seis meses de acompanhamento, de acordo com Giroto; Giroto; Oliveira (2015), é muito provável que a criança tenha algum Transtorno Específico da Aprendizagem - Dislexia, Discalculia, Disortografia e Disgrafia.

3.1 Dislexia e Discalculia: concepções e características

A dislexia refere-se a uma disfunção específica nos processos de leitura e de escrita, não se trata de uma deficiência. O disléxico é dotado de potencialidade e habilidades, contudo, cabe ao professor ter sensibilidade para perceber algumas características dos seus alunos, e não os rotular como preguiçosos ou desinteressados. O papel do professor é fundamental para que essa fragilidade ocasionada pela dislexia não ganhe conotação maior, deve adaptar sua metodologia e criar estratégias para facilitar o processo pedagógico. Pinto (2012), destaca a dislexia como uma inabilidade específica do aprendizado, com origem neurobiológica, e acresce:

[...] É caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam de um déficit fonológico, inesperado, em relação às outras capacidades cognitivas e às condições educativas. Secundariamente podem surgir dificuldades de compreensão leitora, experiências de leitura reduzida que podem impedir o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais (PINTO, 2012, p. 22).

Davis (2004) ressalta que, os disléxicos têm inteligência média ou acima da média e que o encorajamento e o apoio, por parte da escola e das famílias, são imprescindíveis para os seus percursos acadêmicos, e que precisam ter consciência de que essas limitações provocadas pela dislexia, não os tornam incapazes de aprender.

Segundo Moojen, Bassôa e Gonçalves (2016), a dislexia se apresenta como de ordem comportamental e cognitiva, com comorbidade, na maioria das vezes, com outros transtornos tais como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH ou distúrbio de conduta. Rodrigues e Ciasca (2016) complementam que alguns disléxicos podem ter a caligrafia feia (disgrafia) ou a discalculia, que diz respeito à dificuldade matemática, além de comprometimento na memorização em curto prazo, sequências, compreensão textual ou aprendizado de outra língua.

Sobre os tipos de dislexia, Farrel (2015) nos apresenta três: acústica que diz respeito à insuficiência da diferença acústica dos fonemas (sonora); Essa incapacidade fonética faz com que ocorra, no momento da leitura e da escrita, omissões, distorções, transposições ou substituições de fonemas; a visual, quando a coordenação visuoespacial é imprecisa provocando a confusão de letras que têm semelhança gráfica; a terceira é a motriz, esta evidenciada pela dificuldade no movimento ocular, limitando o campo visual, provocando retrocessos e principalmente intervalos mudos ao ler.

Mesmo com evidências que a dislexia tem relações com a hereditariedade, alguns pesquisadores, como Ellis (1995) e Richart e Bozzo (2009) trazem em suas literaturas os termos: dislexia adquirida ou afasia. A aquisição se dá quando ocorrem danos cerebrais, como por exemplo, um AVC – Acidente Vascular Cerebral, atingindo a parte do cérebro que é responsável pela leitura e pela escrita.

No que se refere à discalculia, Giroto, Giroto e Oliveira (2015) definem como um transtorno de aprendizado, de origem neurológica específica que interfere na habilidade do indivíduo compreender e manipular números. Corrobora com essa definição a colocação de Siqueira, Gurgel e Giannetti (2011) quando afirmam que:

Os indivíduos com discalculia apresentam dificuldades com as operações aritméticas, operações matemáticas e situações problemas, ocasionados por uma disfunção cerebral orgânica. Sendo assim, o indivíduo com esse tipo de dificuldade passa por muitos obstáculos relacionados a atividades que envolvam o raciocínio lógico e aos processos ligados aos números e quantidades. Para uma pessoa que não apresente nenhum distúrbio, é simples dizer quantos jogadores participam de uma partida de futebol, mas para uma pessoa com discalculia pode ser um desafio (SIQUEIRA; GURGEL-GIANNETTI, 2011, p. 47).

Ainda sobre o assunto, Gómez e Terán (2008) descrevem alguns sinais potenciais associados à discalculia: inaptidão de comparar entre dois números, qual é o menor e o maior; reconhecer as horas em relógio analógico; dificuldade de manter a contagem enquanto joga, de compreender regras, fórmulas e sequências matemáticas; problemas de lateralidade.

No que diz respeito aos tipos de discalculia, os estudos de Kosc, segundo Bernardi e Stobäus (2011) apresentam seis tipos:

- Léxica: dificuldades na leitura de símbolos matemáticos, o aluno não consegue relacionar o símbolo com a quantidade;
- Verbal: dificuldades em verbalizar quantidades, números, termos e símbolos matemáticos;
- Gráfica: dificuldades na escrita de símbolos matemáticos;
- Practognóstica: dificuldades em enumerar, comparar e manipular objetos reais ou em imagens, por exemplos, não consegue colocar em ordem crescente e/ou decrescente; selecionar as quantidades de cada ingrediente de uma receita de bolo de acordo com o que se pede;
- Ideognóstica: dificuldades em realizar operações mentais;
- Discalculia operacional: dificuldade em executar operações e cálculos numéricos.

As dificuldades em cálculos e afins, só poderão serem perceptíveis na vida escolar da criança, quando ela entra em contato direto com a disciplina, ou seja, entre os 6 e 7 anos, fases nas quais começam a se apropriarem dos símbolos e operações básicas da matemática. Nessa perspectiva, entra o papel do professor como mediador nos anos iniciais, cujo papel metodológico exerce função preponderante para que os transtornos referentes ao aprendizado sejam minimizados e/ou não avancem as dificuldades sejam extintas.

3.2 Disortografia e Disgrafia: o que dizem os estudiosos da área

Disortografia é uma inabilidade ou retardo no desenvolvimento da escrita, em especialmente da escrita cursiva; é toda o conflito na identificação, compreensão e reprodução dos símbolos escritos, está intimamente associada à dislexia.

A disortografia pode se caracterizar pela dificuldade que o sujeito tem em fixar as formas ortográficas das palavras, tendo como característica típica a troca de grafemas, e pela dificuldade em assimilar as regras e os padrões da ortografia, tendo como consequência a dificuldade na produção de texto (PONÇADILHA, 2016, p. 8).

É conhecida como o Transtorno Específico da Escrita, caracterizado por uma alteração na planificação da linguagem escrita: redação, ortografia e gramática, no entanto, essa alteração não influencia no aspecto cognitivo do educando. São características de uma pessoa disortográfica: a desorganização exposta com as letras, com as sílabas, faz trocas ortográficas, mistura os números às letras; inversões, junções, exclusões e desordem na organização de uma frase (FERNANDEZ, 2010).

A disortografia é um déficit da grafia correta que apresenta vários erros expressos nos processos de aprendizagem da leitura e da escrita, não necessariamente provoca a disgrafia; esta por sua vez, diz respeito à letra feia, ilegível, de difícil decodificação.

A disgrafia provém do conceito *dis* (desvio) + *grafia* (escrita) “[...] é uma perturbação de tipo funcional que afeta a qualidade da escrita do sujeito, no que se refere ao seu traçado ou à grafia” (TORRES; FERNÁNDEZ, 2002, p. 127). Este tipo de escrita é proveniente da dificuldade em memorizar ou relembrar a forma considerada correta da escrita.

Hudson (2019) evidencia três tipos de disgrafia e as suas respectivas características. A **espacial** é caracterizada pela limitação do processamento visual e da compreensão do espaço; dificultando a escrita em linha reta e a noção do espaçamento entre as letras; atividades de desenhar e de colorir também são afetadas pela desorganização. Ressaltamos que, o fato de a ilegibilidade da escrita ser notória, não implica em anormalidade ortográfica.

A disgrafia **motora** representa o controle motor fino dos músculos da mão e do punho deficiente, tornando a escrita difícil e cansativa, resultando em uma caligrafia desalinhada ou ilegível. A ortografia não é afetada. A terceira é a de **processamento** ou **disgrafia disléxica**, quando há dificuldade de o aluno visualizar a aparência das letras em uma palavra, resultando em letras mal traçadas e escritas na ordem errada. A ortografia é ruim.

- ✓ **Espacial:** não escreve nas linhas e não segue margens; desorganização de palavras da esquerda para a direita; letras muito juntas ou muito separadas, com tamanho, formato e inclinação irregulares;
- ✓ **Motora:** escrita muito lenta e muito ruim, dificultando a leitura; cansa rapidamente ao escrever, podendo ter câimbras dolorosas; aperta lápis e tem posicionamento da mão anormais; dificuldades em outras habilidades que envolvem a motricidade fina, como por exemplos, abrir botões ou manipular equipamentos científicos.
- ✓ **Processamento:** o ato de escrever exige muita concentração, de modo que o aluno é incapaz de processar informações ao mesmo tempo em que escreve; algumas letras ficam inacabadas e/ou escritas ao contrário; mistura de letras de cursivas e bastão; omissão ou repetição de letras, de palavras; ortografia fragilizada (HUDSON, 2019).

Vygotsky (2001) destaca que a aprendizagem escolar, garante que a criança aprende de todas as formas e em todos os ambientes, assim, a criança não só aprende na escola, mas, é na instituição de ensino que ela vai desenvolver e aprimorar sua aprendizagem. Toda criança traz consigo o desejo de aprender, tendo a mesma capacidade, quando isso não acontece é porque algo não está funcionando bem, nesse caso, há necessidade de um olhar mais profundo, por parte do professor, assim também como a ajuda da família, e, posteriormente, a aplicação de ações que possam trazer soluções.

Segundo Fletcher (2009, p. 19) “[...] a capacidade de produzir os próprios pensamentos por escrito envolve uma forma de comunicação que requer diferentes habilidades cognitivas”. Para uma boa produção textual, o aluno deve estar atento e conhecer sobre o assunto. As deficiências na linguagem oral e na leitura costumam ser precursoras de dificuldades no processo de escrita e cálculo (interpretação), e a atenção e a memória também desempenham funções importantes.

Os transtornos e as dificuldades de aprendizagem podem trazer consequências aos alunos, tornando-os cada vez mais limitados ao desenvolvimento da aprendizagem. Interferem não apenas no aspecto cognitivo, mas, nos aspectos sociais e emocionais. Sobre esse ponto, Santos e Marturano (1999) descrevem:

[...] dificuldade de aprendizagem pode desenvolver sentimentos de baixa autoestima e inferioridade. Dificuldades na aprendizagem escolar frequentemente são acompanhadas de déficits em habilidades sociais e problemas emocionais ou de comportamento; essas associações se verificam, tanto quando se empregam critérios mais restritivos de identificação das dificuldades de aprendizagem como em abordagens genéricas do insucesso escolar. Assim, essa condição, quando persistente e associada a fatores de risco presentes no ambiente familiar e social mais amplo, podem afetar negativamente o desenvolvimento do indivíduo e seu ajustamento em etapas subsequentes (SANTOS; MARTURANO, 1999, p. 21).

Diante dos estudos, fica claro que os distúrbios/transtornos da aprendizagem são fatores internos, e tem origem neurobiológica, e de acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais, existem transtornos específicos da aprendizagem, que afetam diretamente a leitura, na escrita e a matemática, ao contrário das dificuldades de aprendizagem, os distúrbios vão precisar de acompanhamento especializado, enquanto o outro, na maioria das vezes, pode ser resolvido dentro do ambiente escolar.

A diferença entre os dois termos é sutil, sendo o distúrbio mais intenso, provocando um comprometimento maior em termos neurológicos; enquanto a dificuldade deriva da falta de estímulos para aprendizagem, desmotivação, inadaptação ao ambiente e, tanto por parte da

escola quanto por parte das famílias, nesse contexto, analisamos a necessidade de a escola promover ações que tragam para seu espaço, as famílias, na tentativa de oferecer um ensino de qualidade, independente das necessidades dos alunos (OSTI, 2012).

É de extrema importância que os professores, para terem uma prática mediadora do conhecimento, entenda sobre os transtornos específicos do aprendizado, suas características, tencionando adotar metodologias adequadas, como também ir em busca da ajuda de profissionais específicos. A não compreensão sobre as dificuldades que limitam as aprendizagens, pode ocasionar maiores danos aos alunos, no sentido do seu desenvolvimento escolar. Compreendendo essas barreiras que impedem ou atrasam a aprendizagem, o educador terá uma postura profissional mais ética e humanizada, será de fato, um mediador entre o ensinar e o aprender.

4 ATUAÇÃO DOCENTE: compreensão sobre as dificuldades dos alunos nos anos iniciais do ensino fundamental

Sabemos da importância da atuação do professor, em se tratando de atenuar as dificuldades apresentadas pelos alunos, principalmente nos anos iniciais, pois há uma transição brusca entre o ensino infantil e o fundamental. O ciclo de alfabetização compreende do 1º ao 3º ano, crianças com idade entre 6 e 8 anos. Um período de descobertas, de fragilidades na escrita e na leitura, fase em que o professor precisa compreender esse conflito cognitivo para atuar de forma adequada, sem aumentar mais as barreiras entre aluno-ensino-aprendizagem.

Compreender as limitações dos alunos é fator preponderante, uma vez que o educador deve distinguir o que seja dificuldade e o que seja transtorno. Tomado dessa compreensão, sua prática pedagógica tomará corpo humanizado. Elogiar as crianças por cada etapa conquistada, por menor que seja, ajuda a aumentar a confiança e a autonomia do aprendiz. A superação do medo eleva a autoestima.

Para que possam compreender a diversidade e se colocarem como mediadores dos processos educacionais escolares “os professores devem ver a sua turma como uma combinação de sujeitos fisiológicos, racionais, sociais e afetivos”, este pensamento reforça a certeza de que as crianças devem ser concebidas em sua totalidade humana e não apenas em seu aspecto de cognição (DOLLE, 1993, p. 27).

Em se tratando do professor como mediador nos anos iniciais, Zorzi (2009) sugere algumas intervenções para auxiliar o aluno com dificuldade de aprendizagem, objetivando desenvolver habilidades relacionadas à leitura e à escrita: trabalhar com vocábulos em unidades menores para que o aluno identifique tanto as palavras quanto os seus fonemas; utilizar figuras, materiais concretos, pedir que o aluno pronuncie lentamente as palavras, ficando atento aos sons, destacar pontos importantes no texto, confeccionar mapas mentais, classificar por grupos, ampliar o vocabulário de forma gradativa e significativa.

A atuação docente deve contemplar condições facilitadoras da aprendizagem, evitando rótulos aos alunos, pois isto provoca outros problemas como discriminação e evasão. Sobre isso, Campos (2015, p. 35) afirma que esses rótulos taxam os alunos como incapazes de aprender “[...] o que pode causar diversos problemas, como: ansiedade, agitação, depressão e falta de atenção, em conjunto com a desestrutura familiar e precárias condições financeiras. Esses fatores refletem em dificuldades de aprendizagem dentro da escola”.

A aprendizagem não deve ser considerada apenas pelas respostas aos conteúdos, pois existem também outras formas de aprender através das formações culturais como o teatro, as idas aos museus e zoológicos e, principalmente, enfim, há outros materiais e outros espaços que viabilizam e enriquecem o aprendizado do aluno, colocando em um encontro mais completo e desafiador, criando novas estruturas cognitivas, trazendo sentimentos e significados possíveis de superarem determinadas limitações pertinentes ao aprendizado.

Observando os modelos do processo educativo, conforme a imagem abaixo, percebemos que o equilátero é o mais adequado, numa perspectiva de ser o professor, um mediador do conhecimento. As pirâmides apresentam as distâncias maiores entre professor (mediatizador), aluno (mediatizados) e o currículo. No modelo isóscele é perceptível um ensino meramente tradicional, onde a docência e o currículo não se vinculam ao aluno



No modelo equilátero, há um equilíbrio entre as três partes, ou seja, há um currículo adaptado e aproximação significativa entre mediatizador e mediatizado, nesse contexto, em situações que expressem barreiras de aprendizagem, o professor atuará de forma humanizada, compreendendo as limitações de cada aluno e, conseqüentemente levará às suas aulas, elementos que facilitem o aprendizado dos seus alunos.

A tendência deste modelo é promover uma interação sistêmica e flexível entre os três componentes, promovendo, assim, mutabilidade e sustentabilidade dos processos de ensino-aprendizagem envolvidos, minimizando, conseqüentemente, as DA e o insucesso escolar (RODRIGUES; CIASCA, 2016, p. 17).

Nos dois primeiros anos do ensino fundamental as crianças estão em processo de alfabetização, se adaptando a um novo formato de ensino. Inicia o processo de leitura, de escrita, da matemática, e, justamente nessa fase é que surgem as dificuldades. Considerando esse novo cenário educacional, o professor deverá se posicionar de forma que transmita segurança, confiabilidade, nesse sentido, deverá nortear suas aulas com ferramentas lúdicas, com dinamismo.

Os jogos e suas variações, são importantes para o desenvolvimento infantil e servem de ponte à aprendizagem e/ou para atenuarem os impedimentos daqueles que apresentam traços de quaisquer transtornos do aprendizado.

Acredita-se que o lúdico contribui para a aprendizagem infantil quando inserido na metodologia do professor, quando passa a ser um elemento mediador entre a aprendizagem, o prazer e o significado, presente em todas as atividades de sala de aula de forma a contribuir para que a aula seja vivenciada e realizada de forma mais espontânea, criativa e prazerosa para o aluno (VARGAS; ZAVELINSKI, 2011, p. 21).

Alguns profissionais da educação têm a visão distorcida ao acreditar que brincadeiras fazem parte apenas do ensino infantil, contudo, tornar a sala de aula um ambiente desejável, faz com que as crianças criem mais expectativas em relação ao aprender, principalmente as crianças que sinalizam obstáculos para realizar algumas atividades. Dificuldades ou transtornos são desafios diários aos professores, em específico nos anos iniciais, e, para superá-los ou amenizá-los, a mediação do professor é o ícone, é chave possível de abrir os caminhos das possibilidades e potencialidades.

José e Coelho (2007), enfatizam que o ponto decisivo para a superação dos problemas de aprendizagem é a relação professor/aluno. As autoras sugerem o uso de jogos e a dinamicidade para ajudar as crianças com dislexia.

A criança normalmente já tem conhecimento prévio de seus problemas, porém, não sabe quais são nem o porquê. Uma explicação ajudará a compreensão de si mesma. Como já tinha sido rotulado como 'mau aluno', agora vem a oportunidade para a criança vencer. Ela tem de compreender isto. Algumas vezes não está disposta a fazer suas lições [...] Existem outras maneiras de ensinar sem usar lápis e papel. Os jogos, por exemplo, podem ajudar. Seja versátil em relação às necessidades da criança (JOSÉ; COELHO, 2007).

Segundo Vargas e Zavelinski (2011, p. 22) a ludicidade facilita à aprendizagem. “Quando a preocupação com o lúdico está entrelaçada com a crença na melhor aprendizagem

do aluno e o respeito à infância, certamente os professores se instigam mais para a utilização desta perspectiva, buscando um melhor desempenho de sua turma.” A prática pedagógica deve estar pautada na globalidade do aluno, e, diante dos problemas diários enfrentados em sala de aula “[...] consideramos necessária a análise não somente de conteúdo, de objetivos e de abordagens metodológicas, mas também das demandas do trato da Educação Fundamental nesta etapa (ASSIS; PONTES, 2015, p. 114).

É inegável que, na maioria das vezes, a maior preocupação das escolas nos anos iniciais é com o processo de alfabetização das crianças, muitas vezes desconsiderando suas necessidades básicas. A escola, por ser um espaço favorável às vivências infantis, desempenha papel social de grande valor, no tocante às aprendizagens e à superação das dificuldades, junto a ela devem estar as famílias, pois sabemos que a participação das famílias na vida escolar de seus filhos, fornece elementos fundamentais ao desenvolvimento da aprendizagem, fortalecendo os vínculos necessários ao crescimento da criança, retirando o negativismo do não saber fazer.

Através da atuação pedagógica significativa, à luz dos estudos de Henklain e Carmo (2013), é primordial que o professor identifique os possíveis fatores que interferem na aprendizagem, considerando também aspectos comportamentais das crianças; faça um diagnóstico para identificar o que já sabem e agregar outros novos elementos às competências e habilidades ainda não adquiridas; ou seja, não basta conhecer os alunos apenas no período que permanecem na escola, mas, também seu percurso estudantil, suas relações familiares, sociais e consigo mesmos.

Coll, Marchesi e Palacios (2004) referem-se às escolas como espaços sociais educativos que devem viabilizar e garantir aos alunos o acesso aos conteúdos culturais, na perspectiva de desenvolver pessoas autônomas, críticas, com uma elevada autoestima, capazes do autogerenciamento e com habilidades sociais para conviver harmoniosamente com os demais.

Além disso é na escola que as crianças desenvolvem a linguagem que lhe permitirá comunicar-se, expressar seus sentimentos, explicar suas reações, a dirigir e organizar seu pensamento. Inicialmente, o veículo linguístico será a língua oral, mais tarde, a aprendizagem da leitura e escrita irá ampliar-se enormemente que enriquecerá a própria linguagem oral [...] a linguagem é sinônimo de falar e entender o que os outros dizem, mas a linguagem é mais do que isso, é uma representação interna da realidade construída que utiliza meios de comunicação compartilhado socialmente [...] (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p. 74).

O processo de construção da linguagem não é de inteira responsabilidade da escola, os responsáveis pelas crianças assumem papéis de primazia para a desenvoltura delas, sendo a escola, o espaço que sistematizará o desenvolvimento das linguagens, considerando o conhecimento do senso comum, e, a partir daí, estabelecer relações com outros saberes que fortalecerão a assimilação dos conteúdos curriculares propostos. Também é papel da escola, assumir o compromisso de garantir um ensino de qualidade, onde as limitações não sejam empecilhos para o desenvolvimento dos discentes; ou seja, respeitar os ritmos que cada um tem para aprender, mas, provocar neles, através de metodologias ativas, a certeza de que são capazes de ir mais além das suas fragilidades.

O aluno precisa de atividades que seja de seu interesse, assim o professor deve propor tarefas que sejam interessantes e adaptadas as suas capacidades, é importante também que as atividades sejam feitas de forma cooperativa permitindo uma interação social possibilitando que seus colegas o ajudem a entender melhor a tarefa e despertar algum interesse em relação a ela, pois quando um aluno consegue desenvolver bem uma tarefa e recebe o reconhecimento do seu trabalho abre-se um novo caminho para uma maior dedicação por que quando um aluno percebe que o professor confia nele, as chances de desenvolvimento aumenta. (COLL, MARCHESI e PALACIOS 2004).

O professor mediador, na visão de Sampaio (2009), é aquele dar as coordenadas para que as descobertas surjam na vida escolar dos seus alunos, fazendo do conhecimento um objeto de prazer e significação na/para a vida deles. A construção do conhecimento exige a formulação de um vínculo de confiabilidade entre professor/aluno/professor, ou seja, através de uma relação harmoniosa onde a heterogeneidade é respeitada, os processos educativos ora engessados, ganham novas formas, rompendo com práticas educativas vazias.

Antunes (2008) retrata o que seja de fato, um mestre da educação:

Um verdadeiro mestre usa a sala de aula, mas sabe que seus alunos aprendem dentro e fora da mesma e, dessa forma, quando a esse espaço se restringe faz do mesmo um elo estimulador de desafios, interrogações, proposições e ideias que seus alunos, em outros espaços, buscarão. Uma aula de verdade não se confina à sala de aula e os saberes na mesma, provocados representam desafios para que os alunos os contextualizem na vida que vivem [...] (ANTUNES, 2008, p. 23).

Nesse contexto de verdadeiro mestre, entra a concepção do professor mediador, aquele que enxerga mais além do que seus alunos demonstram; aquele que não limita a sala de aula como espaço único de aprendizagem, ou seja, educa para a vida.

A atuação docente que prima pelo apoio efetivo aos seus alunos, torna-se acolhedora tanto nos aspectos metodológicos quanto nas relações interpessoais; no aspecto didático, apoia todos, em quaisquer que sejam as situações pertinentes às áreas do conhecimento escolar; nas relações interpessoais, trabalha o respeito às diferenças, a importância do convívio social.

Um professor como mediador também de conflitos, em sua essência profissional, observa os alunos como um todo, consegue detectar problemas de saúde que podem afetar o desenvolvimento e, conseqüentemente, seu aproveitamento escolar. Todos os momentos e espaços tornam-se favoráveis às observações diagnósticas. As crianças devem ser observadas também quando brincam, se alimentam, realizam atividades individuais e coletivas, participam de roda de conversas, como organiza seus materiais, enfim, em se tratando de aprendizagem principalmente nos anos iniciais, o olhar do educador deve ser mais refinado, mais preciso, na tentativa de tornar o ambiente escolar mais harmonioso. É necessário despertar nas crianças o desejo de aprender, refletido no seu desejo de ensinar.

5 METODOLOGIAS

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, utilizamos como procedimentos metodológicos, as pesquisas de natureza bibliográfica e a pesquisa de abordagem qualitativa, através das quais recebemos as contribuições teóricas de autores que tratam sobre a temática abordada, a qual discorre sobre a importância da compreensão sobre as dificuldades e os transtornos de aprendizagem e do professor como mediador do conhecimento.

Sobre pesquisa bibliográfica, de acordo com Severino (2013, p. 90) “[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...] Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados [...]”

Cervo e Bervian (2002) acrescentam que:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos [...] busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. [...] constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 65-66).

A pesquisa de abordagem qualitativa, sob o pensamento de Triviños (1997, p. 120) “[...] tem suas raízes nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos, primeiro e, em seguida, pelos sociólogos [...] A pesquisa com enfoque qualitativo surgiu da necessidade de propor alternativas metodológicas para a pesquisa em educação”.

Com as contribuições oriundas dos estudos de renomados teóricos, através da pesquisa bibliográfica, foi possível construir este trabalho com todo o rigor acadêmico. As informações contidas no corpo desta pesquisa, tencionam disseminar a compreensão sobre as fragilidades que servem de barreiras às aprendizagens das crianças.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender os transtornos específicos da aprendizagem e as dificuldades que impedem o desenvolvimento escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, não consiste em uma ação fácil, mas também não é impossível. São muitos os registros bibliográficos sobre dislexia, discalculia, disortografia e disgrafia, contudo, apenas conhecer esses transtornos teoricamente, sem saber como atuar metodologicamente, não tem muita validade. O professor, na sua função de facilitador do conhecimento, deve fazer a junção das teorias com as práticas que nortearão suas aulas.

O papel do professor como mediador é fundamental para o desenvolvimento global da criança; a aprendizagem é constituída a partir das relações interpessoais, e, neste sentido, a ação docente ganha forma sólida, consistente, pois, nos espaços escolares o convívio com o outro é fator colaborativo ao crescimento de todos os alunos, no que concerne aos vários aspectos humanos.

Os professores devem refletir diariamente sobre suas ações, retirando a roupagem passiva e tradicionalista que engessa o seu processo de ensino. Com as metodologias ativas, reconhecendo o aluno real, que pensa e que sente, os professores transformarão os espaços escolares em espaços de aprendizagens significativas, e, para que isso possa ser mais grandioso, a escola precisa fazer movimentos que conduzam as famílias para participarem ativamente da vida escolar das suas crianças.

José e Coelho (2007) discorrem sobre a importância da parceria escola e família em relação a superação das barreiras impeditivas do aprendizado, com isso, dada a compreensão das partes sobre as fragilidades e limitações da aprendizagem, a escola deverá promover ações para a superação e/ou minimização das causas que acometem as crianças, fragilizando-as também em seu aspecto cognitivo.

As instituições que atendem as crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, não devem limitar suas funções apenas em repasses de conteúdos preestabelecidos, sem considerar a bagagem de conhecimento trazida por cada criança, isto distancia os alunos do ambiente escolar. Como espaço social da aprendizagem, as escolas devem tornar-se espaços promotores de ensino de qualidade, pautado no respeito coletivo e na construção do saber.

Quanto aos alunos que apresentam dificuldades em seu processo de aprender, cabe ao professor renovar e adequar suas metodologias, partindo do pressuposto de que todos somos capazes de aprender, pois, a aprendizagem não se limita a decodificação das palavras e nem tão pouco às suas escritas. É desafiador, sem dúvida, superar as barreiras que impedem os alunos de enxergarem o outro lado, contudo, em se tratando apenas das dificuldades, estas podem ser sanadas através de um trabalho interventivo, direcionado à limitação apresentada, pois, são provocadas por fatores externos tais como falta de estímulo na família, prática pedagógica meramente tradicional, problemas familiares, situação financeira, vulnerabilidade social, dentre outros.

Em relação aos transtornos da aprendizagem, estes implicam em um acompanhamento de profissionais específicos, alinhado ao trabalho do professor e a contribuição da família, pois sabemos que transtornos não são sanáveis, mas, podem ser suavizados e, com um trabalho coletivo específico, a possibilidade de agravamento é bem menor. Como resultado desta pesquisa, acreditamos em sua contribuição para os profissionais da educação que ainda rotulam as crianças fragilizadas pelas dificuldades, no tocante a mudar suas posturas e concepções sobre o ser professor e o ser aluno, e assim, sugerimos que busquem conhecer e compreender os comportamentos infantis, muitas vezes consequentes das dificuldades e dos transtornos da aprendizagem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as dificuldades de aprendizagem para intervir, esta é a proposta desta pesquisa, que aborda também sobre a importância de o professor ser um mediador do conhecimento, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, pelo fato de as crianças estarem em processo de imersão no mundo da leitura, da escrita e dos números. A transição do ensino infantil para o fundamental requer respeito ao tempo de adaptação das crianças; exige comprometimento por parte da escola e das práticas docentes.

Após os estudos aqui apresentados e discutidos, consideramos que a dificuldade de aprendizagem está intimamente ligada com problemas de ordem pedagógica, social, cultural, emocional, psicomotora, entre outras, mas, os transtornos se originam das disfunções do sistema nervoso; eles acentuam as dificuldades, deixando mais complexos os processos do ensino e do aprendizado. Distúrbios e/ou transtornos e dificuldades de aprendizagem são termos distintos, como já fora mencionado anteriormente neste trabalho, sendo apenas os primeiros irreversíveis.

Consideramos ser fundamental que as instituições de ensino busquem alternativas para exercerem com qualidade e equidade seus papéis de agentes formadores e transformadores, buscando parcerias com profissionais específicos, viabilizando formações aos professores, elaborando projetos que conscientizem as famílias para participarem com mais eficácia da vida escolar das crianças.

As escolas precisam romper com determinados padrões estáticos que provocam o distanciamento dos alunos, que desmotivam suas participações em atividades escolares, que tolhem o poder de criação e de livre expressão. Os alunos dos anos iniciais merecem um atendimento mais cuidadoso, pois estão adentrando no ciclo de alfabetização, e justamente nesse período, alguns problemas referentes ao aprendizado emergem, exigindo uma atenção pedagógica focada na dificuldade.

Almejamos que esta pesquisa fomente nos leitores o desejo da busca contínua do conhecimento, sensibilizando os profissionais da educação e as famílias, no que concerne ao entendimento sobre as dificuldades provocadas pela dislexia, discalculia, disortografia e disgrafia, assim também sobre a influência que os fatores externos exercem sobre o desenvolvimento escolar das crianças. Ressaltamos também, a importância do papel do professor como agente de mediação diante dos problemas ora citados, no sentido de desmistificar a impossibilidade de crianças com limitações não aprenderem, partindo do pressuposto de que a aprendizagem é muito mais do que ler e escrever.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Professores e professores:** reflexões sobre a aula e prática pedagógica diversas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- ASSIS, Amanda Dória; PONTES, Maicon Felipe Pereira. **Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:** Repensando a Atuação Docente. *Motrivivência*, v. 27, n. 45, p. 113-123, setembro/2015.
- BERNARDI, J.; STOBÄUS, C. D. **Discalculia:** conhecer para incluir. *Revista Educacional Especial*. Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 7-12, jan./abr. 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. **Lei nº11.274 de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília-DF, 2006.
- _____. **Ensino Fundamental de Nove Anos:** orientações para inclusão da criança de seis anos de idade. 2. ed. MEC, Brasília, 2007.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura – MEC, 2013.
- _____. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década:** Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/Sase): Brasília/DF, 2014.
- _____. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC.** Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura – MEC, 2017.
- CAMPOS, L. M. L. **Rotulação de Alunos Como Portadores de Distúrbios ou Dificuldades de Aprendizagem:** uma questão a ser refletida. Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp. Marília/SP, 2015.
- CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação:** transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença.** Cadernos de Pesquisa, n.116, p.245-262, jun. São Paulo, 2002.

- DAVIS, Ronald D. **O dom da dislexia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- DOLLE, J. M. **Para além de Freud e Piaget**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ELLIS, A. W. **Leitura, escrita e dislexia: uma abordagem cognitiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FARREL, M. **Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem específicas: Guia do Professor**. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed: 2015.
- FERNANDEZ, A. Y. *et al.* **Avaliação e intervenção da disortografia baseada na semiologia dos erros: Revisão da literatura**. Bauru- SP. Fev. 2010. Seção Scielo.
- FLETCHER, J. M. **Transtornos de aprendizagem: da identificação à intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, Vitor da. **Dificuldades de aprendizagem: na busca de alguns axiomas**. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v.24, n.74, 2007.
- GIMENEZ, Eloisa Hilsdorf Rocha. **Dificuldades de aprendizagem ou distúrbio de aprendizagem?** Revista de Educação. v. 8 n. 8 Santa Maria/RS, 2005.
- GIROTTTO Patrícia Rodrigues Camargo; GIROTTTO Edmarlon; OLIVEIRA Batista de Junior. **Prevalência de Distúrbios da Escrita em Estudantes do Ensino Fundamental: uma Revisão Sistemática**. UNOPAR Cient., Ciências Humanas Educ., Londrina, v. 16, n.4, p. 361-366, 2015.
- GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Dificuldades de Aprendizagem: detecção e estratégias de ajuda**. São Paulo: Cultural, 2008.
- HENKLAIN, M.H.O; CARMO, J.S. **Contribuições da Análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo**. Cadernos de Pesquisa, v.43 n.149, p.704-723, 2013.
- HUDSON, D. **Dificuldades específicas de aprendizagem: ideias práticas para se trabalhar com: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de Asperger, TOC**; Petrópolis: Vozes, 2019
- JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2007.
- KIRK, Samuel; GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional**. Tradução Marília Zanella Sanvicente. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- OLIVEIRA, Adriana Mônica. **A música como instrumento de intervenção psicopedagógica e facilitadora das aprendizagens**. Revista Faculdade FAMEN – REFFEN, v. 4, n. 1, p. 107-129, Natal-RN: FAMEN, 2023.
- MOOJEN, Sônia Maria Pallaoro; BASSÔA, Ana; GONÇALVES, Hosana Alves. **Características da dislexia de desenvolvimento e sua manifestação na idade adulta**. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 33, n. 100, p. 50-59, 2016.

- OSTI, A. **Dificuldades de aprendizagem, Afetividade e Representações Sociais:** reflexões para a formação docente. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- PINTO, C. M. R.G. F. **O dia-a-dia da dislexia em sala de aula:** Os conhecimentos dos professores do 1º ciclo sobre alunos disléxicos. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2012.
- PONÇADILHA, J. C. N. **Disortografia:** das concepções de professores e gestores às práticas pedagógicas e medidas educativas. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2016.
- RICHART, Marley Barbosa; BOZZO, Fátima Eliana Frigatto. **Detecção dos sintomas da dislexia e contribuições pedagógicas no aspecto ensino aprendizagem para alunos do ciclo 1 do ensino fundamental.** Lins/São Paulo, 2009.
- RODRIGUES, Sônia das Dores; CIASCA, Sylvia Maria. **Dislexia na escola:** identificação e possibilidades de intervenção. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 33, n. 100, p. 86-97, 2016.
- SANTOS, L. C.; MARTURANO, E. M. **Crianças com dificuldade de aprendizagem:** um estudo de seguimento. Psicologia Reflexão e Crítica, v. 12, n. 2, p.377- 394, São Paulo, 1999.
- SAMPAIO, Simaia. **Dificuldades de aprendizagem:** a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2013.
- SISTO, Fermino Fernandes. **Avaliação de aprendizagem:** uma questão em aberto. Bragança Paulista: Vozes, 2001.
- SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z:** um guia completo para pais e educadores. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SIQUEIRA, Cláudia Machado; GURGEL-GIANNETTI, Juliana. **Mau desempenho escolar:** uma visão atual. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 57, n. 1, p. 78-87 São Paulo, 2011.
- TORRES, R.; FERNÁNDEZ, P. **Dislexia, Disortografia e disgrafia.** Portugal: McGraw-Hill, 2002.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1997.
- VARGAS, Jamily Charão; ZAVELINSKI, Angélica Lopes. **Práticas Docentes no Ensino Fundamental:** reflexões sobre o brincar e o estudar. Revista Didática Sistemática, v. 13, n. 2, Rio de Janeiro, 2011.
- VISCA, Jorge. **Psicopedagogia:** novas contribuições. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008

VYGOTSKY, Lev Semynovitch. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 2001.

ZORZI, J. L. **A Alfabetização:** uma proposta para ensinar crianças com dificuldade de aprendizagem. 2. ed. São José dos Campos: Pulso, 2009.